

PERSPECTIVAS DA JUVENTUDE CAMPONESA ALIADAS À EDUCAÇÃO FORMAL COMO UM PROCESSO IMPULSIONADOR DE PERMANÊNCIA OU ABANDONO DO CAMPO: UM ESTUDO A PARTIR DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL HEITOR SOARES RIBEIRO - CANGUÇU/RS

HENRIQUE MÜLLER PRIEBBERNOW¹; MARIA REGINA CAETANO COSTA²

¹ Universidade Federal de Pelotas-UFPEL- henriquempo@hotmail.com

² Universidade Federal de Pelotas-UFPEL- reginna7@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata de uma abordagem acerca das relações existentes entre o campo, entendido como espaço de identidades e vivências, em meio às contradições e os desafios a serem superados na sociedade de classes, e a educação, como processo emancipatório e, ao mesmo tempo, humanizador, que se quer, sobretudo, para a juventude persistente nesse lugar. E tem, por objetivo, analisar as perspectivas da juventude camponesa, mais precisamente, dos jovens estudantes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Heitor Soares Ribeiro, localizada na zona rural do município de Canguçu/RS¹, quanto à possibilidade de permanência ou não no campo quando da conclusão do ensino fundamental.

Assim, toda discussão concernente à Educação suscita, em seu cerne constitutivo, uma expressividade de delicadeza e atenção para com seus fins e objetivos e requer, antes de tudo, consciência dos propósitos a que se coloca a trabalho. Não é diferente, pois, quando se propõe a pensar a Educação do Campo, a educação de sujeitos que, nas marcas do passado e nos caminhos do presente, ainda convivem com barreiras que não lhes confere a sua plena cidadania.

Este modelo de educação que denominamos Educação do campo, conforme mencionado, nasceu recentemente, a partir das exigências dos povos camponeses² por uma educação, sobretudo, pública e de qualidade, com vistas à (re) conhecer com devido pudor os indivíduos resistentes ao processo de espoliação capitalista a que estão submetidos nos seus territórios de origem. A título de complementação, o nascimento da educação do campo, no Brasil, está também “no cenário das amplas lutas do Movimento Docente [...] que culminou (para o bem e para o mal) em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei 9.394/96” (GUHUR e SILVA, 2009, p. 133-134).

¹ Conforme os dados do senso realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2012, o município de Canguçu possui 53.259 habitantes, sendo, deste total, 33.565 residentes na área rural e, 19.694, na área urbana. Relacionado ao número de escolas da rede municipal, o mesmo conta, ao todo, com 36 instituições de ensino, sendo, 25 delas localizadas na zona rural e, 11, na zona urbana.

² Camponeses são aquelas famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos – suas necessidades imediatas de consumo e o encaminhamento de projetos que permitam cumprir adequadamente um ciclo de vida da família – mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação (COSTA, 2000. p. 116-130).

Neste sentido, dentro da compreensão acerca da constituição da Educação do campo em nosso país, sublinha-se que ela não provém de um tipo específico de particularismo Caldart (2009), porém, floresce com vistas a transformar uma realidade materializada verticalmente, visando um projeto de sociedade equitativo e verdadeiramente democrático. É, portanto, educação do campo e não “para” e “com” o campo, por não se mostrar pronta, mas, sim, num permanente processo de construção, que envolve a formação de indivíduos conscientizados de seu valor e engajados na luta para que sejam, de fato, incluídos social e dignamente (CALDART, 2009).

2. METODOLOGIA

A metodologia empregada, até o momento, para a realização deste trabalho, pautou-se em uma revisão bibliográfica, tendo em vista a temática relacionada à juventude camponesa e à Educação do campo, visando aproximar o assunto tratado com o objeto de pesquisa. Posteriormente, buscar-se-á aprofundar o tema aqui exposto, bem como entrevistar os sujeitos inseridos no locus de pesquisa, e também, efetuar uma observação participativa na dinâmica do mesmo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O reconhecimento e a revalorização do campo estão no bojo da ressignificação dos modos de vida das pessoas que nesse espaço perpetuaram gerações, entre as quais, muitas delas, ainda perpetuam-se. Portanto, a saber, são múltiplas as identidades presentes no campo, no caso específico, o brasileiro, sendo, cada uma delas, reveladoras de um país plural e diverso étnica e culturalmente.

Neste cenário, seguindo a lógica exposta anteriormente, é primordial entender o campo como espaço de luta e sobrevivência contra a lógica do capital que o quer homogeneizado, eliminando as especificidades que tornam legítimo o engajamento dos movimentos sociais na busca e garantia de direitos historicamente negados. Entre esses direitos, coloca-se o de uma educação que leve em conta os indivíduos do campo, suas vivências e experiências.

É assim, pois, que a Educação do Campo se projeta como desafio a fim de que seja cumprida uma dívida para com os povos do campo que, ainda, durante o processo de escolarização, convivem com um modelo que não é cabível para a sua realidade. Fundamentalmente, ao tratar da educação escolar desta parcela da sociedade, reforça-se a importância da adequação de práticas pedagógicas condizentes com as suas necessidades e contemplantes do arcabouço cultural lá encontrado.

Ao direcionar, então, o trabalho pedagógico com os sujeitos do campo, em uma escola do campo, é imprescindível optar por práticas que não fujam do princípio democrático, bem como dar preferência para aquelas que tenham o compromisso com a inclusão para, assim, formar o “operário-homem” e não o “operário-máquina”, parafraseando Gramsci (2004). Somando-se a isso, ressalta-se que “o processo de ensino e aprendizagem em educação do campo deve trabalhar com a realidade dos educandos/as, a fim de inserir discussões críticas

de temas como trabalho, educação e campesinato, por exemplo” (ROSSI, et al., 2014).

Quando pensado o tipo de educação ideal para a classe trabalhadora camponesa, sobretudo, aos jovens componentes desta classe, futuros protagonistas da parcela societária do campo, um desafio imenso é exigido. Desafio porque, de um lado, a história da Educação do campo nos mostra que, ao longo de muito tempo, os estudantes camponeses conviveram como ainda convivem, com práticas pedagógicas e metodologias em seus processos básicos de escolarização distantes do contexto em que se inserem. E, do outro lado, não perdendo de vista a realidade recém exposta, a gritante necessidade de superar a educação verticalizada e permeada, e teorizar, mas, sobretudo, praticar uma Educação vinda a contemplar os sujeitos moradores do campo.

Tendo ainda, no espaço do campo brasileiro, a resistência de uma educação sem olhar para os modos vidas, os costumes, os hábitos e as relações sociais em geral estabelecidas naquele lugar, acaba-se por reproduzir o velho ideário de que o rural é, por demasiadamente, atrasado e que, por assim ser, não necessita ser olhado na perspectiva da diversidade, da pluralidade, da heterogeneidade. Não obstante e indo para além desta lógica, assiste-se, na instrução escolar dos moradores do campo, a imposição de um conhecimento generalizado, duro e, porque não dizer, urbano, em detrimento dos saberes carregados pelos próprios camponeses.

Isso, trazido à luz destas reflexões e sendo, em grande parte, realidade viva nas escolas públicas do campo brasileiro, corrobora com aquilo que Freire (1987) denominou como “educação bancária”. Onde, o jovem camponês, estudante, tem o conhecimento que é intrínseco ao seu cotidiano, ignorado, em detrimento de outros distantes do contexto em que vive. E, resultando num processo em que “a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (FREIRE, 1987, p. 33).

A partir da negação das vivências e das experiências dos educandos que tem, no campo, ainda, sua fixação, seu local de moradia, de identificação e escolarização, “[...] tanto menos desenvolverão em si a consciência crítica de que resultaria a sua inserção no mundo, como transformadores dele” (FREIRE, 1987, p. 34). Consciência crítica que permite ao indivíduo estudante camponês enxergar a realidade contraditória em que vive e, para, além disso, poder nela intervir, transformando-a, como Paulo Freire cita, e reconstruindo-a.

É, portanto, neste cenário de contradições e emergências concernentes à educação da classe trabalhadora, que uma mudança, ainda que conceitual, é propositiva de ser acrescida à discussão aqui proposta. A ideia de “Educação Rural”, como foi por muito tempo perpetuada, se distingue daquela que acredita ser a mais condizente e atendente aos interesses dos povos do campo, definindo-a como Educação do Campo. Em sentido estrito, “os pontos contraditórios existentes entre a Educação do Campo e a Rural, se encaminham em oposições de interesses entre os sujeitos para quem foram pensadas” (OLIVEIRA, 2013, p. 50).

4. CONCLUSÕES

A Educação almejada para os jovens camponeses, a qual denominamos de Educação do campo, vem ganhando, cada vez mais, espaço nas agendas

políticas e civis. Isto significa repensá-la e valorizá-la do ponto de vista das necessidades e dos direitos legítimos de uma parcela da sociedade brasileira historicamente relegada.

Desta forma, tratar com a devida seriedade o processo formativo e educativo dos futuros protagonistas do campo no Brasil é, essencialmente, fundamental. Fundamental, primeiro, por dar voz àqueles que ainda resistem e acreditam que, em seus espaços de origem e constituição identitária, é possível manter, perpetuar e reproduzir os costumes e modos de vida que lhes são inerentes. E, também, por a educação ser, com os propósitos que a tornam emancipatória, um direito subjetivo e indubitável dos jovens que frequentam as escolas públicas do campo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALDART, R. S. *Elementos para construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo*. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. **Educação do campo**: contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília-DF: Articulação Nacional “Por uma Educação do Campo”, 2004.

_____. **Educação do Campo**: notas para uma análise de percurso. **Competência**: Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, p. 35-64, 2009.

_____. (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERRATO, R. E.; FERRAZ, C. A.; FURLANETTI, M. P. F. R.; ROSSI, R. **Educação do campo e juventude**: problematização a partir da conflitualidade. **Competência**: educação, Santa Maria, v. 39, n. 3, p. 605-613, 2014.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 96 p.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.2, 2004.

GUHUR, D. M. P.; SILVA, I. M. S. **Educação do Campo**: primeiras aproximações. **Competência**: Roteiro, Joaçaba, v. 34, n. 2, p. 129-144, 2009.

OLIVEIRA, M. C. P. **Educação do Campo**: concepção, contribuições e contradições. **Competência**: Revista Espaço Acadêmico, Rio Grande do Norte, n. 140, p. 43-52, 2013.

PALUDO, C. (org.). **Campo e cidade em busca de caminhos comuns**. Pelotas: UFPel, 2014. 205 p.